

A cobertura governamental em veículos gaúchos: o valor-notícia Polêmica como atributo estruturante

Francisco Verri

Resumo:

Com o objetivo de responder se a Polêmica é um valor-notícia significativo na cobertura do governo do Rio Grande do Sul, a pesquisa manipulou mais de dois mil textos jornalísticos. Para tanto, empregou-se a análise de conteúdo e comparativa para identificar a similaridades entre veículos. Com base na compreensão de que a esta cobertura é produzida sobre particularidades e o noticiário estruturado sobre critérios de noticiabilidade, observou-se um padrão. O atributo atravessa o noticiário, deixando marcas a partir da interação com outros elementos da produção noticiosa.

Palavras-chave: Polêmica. Noticiabilidade. Cobertura governamental.

Government coverage in Rio Grande do Sul vehicles: the news value Controversy as a structuring attribute

Abstract:

With the aim of answering whether controversy is a significant news value in the coverage of the Rio Grande do Sul government, the research manipulated over two thousand journalistic texts. To do so, content and comparative analysis were employed to identify similarities between vehicles. Based on the understanding that this coverage is produced on particularities and the news structured on news values, a pattern was observed. The attribute traverses the news, leaving marks from the interaction with other elements of news production.

Keywords: Controversy. Newsworthiness. Government coverage.

Francisco Verri

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

E-mail: chicoverri@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7725-4477>

Estudos em Jornalismo e Mídia
v. 21, n. 2, jul./dez. 2024
ISSNe 1984-6924

Introdução

A Constituição de 1988 estabelece governo como um conjunto de órgãos e poderes que estruturam o Estado, formado por pessoas, sistemas e processos que permitem a administração de instituições em determinado território. O conceito, todavia, é muito mais amplo e complexo. Bobbio (1999, p. 104), por exemplo, dedica parte de sua obra ao debate sobre o Estado e as formas de governo. Na visão do teórico italiano, governo é caracterizado por priorizar a estrutura do poder e sua relação com outros órgãos que envolve o exercício do poder. Já estado é definido pela relação de classe, isto é “a relação entre o sistema de poder e a sociedade subjacente, as ideologias e os fins, as características históricas e sociológicas.” Neste contexto e a partir da Constituição de 1988, podemos identificar a figura do governo no Poder Executivo como responsável pela implantação de Políticas Públicas e aplicação do orçamento da União em meio as complexas relações entre atores e grupos que participam (in)diretamente desta esfera.

Entre estes atores relevantes encontram-se a imprensa. A imprensa no Brasil é demarcada pela sua proximidade (Albuquerque, 2000) e importância (Cook, 2005) a construção de agendas e decisões governamentais. É comum, nas pesquisas no campo de comunicação, estudos que se concentram na nacionalização e temas e atores a partir de olhares semelhantes, baseando-se na cobertura adversária (Guazina, 2011) e escândalos. Por outro lado, olhares para outras interações governamentais com a imprensa se torna mais comum, correlacionando com elementos da rotina profissional compartilhados num mapa cultural (Hall *et al*, 1999), como os valores notícia.

O artigo analisa a cobertura de um governo estadual sobre a ótica do valor-notícia Polêmica, com o intuito de responder se o atributo é significativo no Zero Hora e Correio do Povo¹ sobre a gestão de José Ivo Sartori no Rio grande do Sul. A hipótese é de que a Polêmica é um valor-notícia estruturante desta cobertura jornalística, atravessando a rotina produtiva e as estruturas do noticiário, indo além de notícias sobre corrupção ou as relações políticas entre representantes eleitos. Para tanto, analisou-se dois mil e dezesseis textos jornalísticos (opinativos e informativos) publicados entre outubro de 2016 e março de 2017, metade do mandato do então governador do Rio Grande do Sul, considerando a cobertura de um governo a partir de um olhar mais amplo: ações do governador até acontecimentos que demandam a estrutura do estado no cotidiano das pessoas, como o início do ano letivo em escolas estaduais. A partir de uma coleta e tratamento dos dados, promoveu-se uma análise comparativa (Anciaux, Hermann e Guazina, 2017) da cobertura jornalística, cruzando e identificando as características e importância do valor-notícia Polêmica ao noticiário deste governo.

A cobertura governamental: breve conceituação

A relação entre Poder Executivo e Imprensa é próxima, a ponto de o governo ser considerado uma característica frequente (Albuquerque, 2000) na rotina de uma redação jornalística. Tal conexão se articula com demandas e convenções profissionais que acompanham o processo de construção da notícia, fazendo com que as esferas de Poder se tornem um espaço relevante para a noticiabilidade. Thomas Carlyle e Edmund Burke, ao definir a cobertura política na Europa define a profissão como braço do governo (Kuhn e Nielsen, 2014). Nesta conceituação, compreende-se o jornalismo como uma entidade de poder que opera como um ramo do governo, visto a interpelação e proximidade com as instituições governamentais, reiterando sua relevância ao andamento da política e da produção de informação daquela localidade.

Kuhn e Nielsen (2014) destacam, ao acompanhar a rotina de setoristas nas organizações governamentais, que os jornalistas renunciavam ao posto de meros

¹ O trabalho é resultado de tese de doutorado no Programa de Pós-graduação de Comunicação na Universidade de Brasília (UnB).

espectadores para se apresentarem como atores relevantes na condução política e até na definição de agendas, demonstrando proximidade física e simbólica com os atores políticos. Nos EUA, Timothy Cook (2005) apresentou conclusão semelhante. De acordo com o autor, a mídia moderna não pode ser considerada apenas política, também deve ser apontada como parte do governo. Neste contexto, a cobertura governamental é examinada não apenas pelas coberturas do extraordinário, dos grandes casos de denúncias ou fiscalização dos recursos públicos. Inclui-se a participação ativa do governo nas atividades da população, como por exemplo, as ações de limpeza pública, educação básica, entre outras demandas que dependem do governo.

Funcionando a partir dos mapas de significados culturais compartilhados entre os jornalistas (Hall *et al.*, 1999), os jornalistas utilizam-se dos critérios de noticiabilidade para reproduzir um modelo de cobertura governamental que prioriza determinadas agendas, fontes e enquadramentos. Para Cook (2005, p. 5), “[...] as notícias importantes são frequentemente certificadas como tal por pessoas ‘em posição de conhecer’ com base em sua posição oficial no governo”, reconhecendo a relevância dos atores governamentais ao noticiário.

No Brasil, aqueles com poder de decisão no Executivo se posicionam como fontes prioritárias, capazes de introduzir a sua agenda ao mesmo tempo em que são provocados a responder às demandas sociais impostas pelo veículo de comunicação, determinados grupos com autoridade para impor suas pautas ou ainda acontecimentos que exigem respostas do Poder Público. A predominância do Executivo faz com que a instituição funcione como uma fonte de referência aos veículos de comunicação, operando como agente capaz de opinar sobre ocorrências de diferentes temas: problemas sociais, desenvolvimento econômico, violência, política, entre outros assuntos que permeiam as editorias de um jornal. A dinâmica estabelecida nessas coberturas reflete um padrão de cobertura governamental que opera sob critérios e parâmetros profissionais, os quais, por sua vez, estruturam o fazer jornalístico sobre uma esfera de governo, seus sujeitos e organizações adjacentes.

Os acontecimentos noticiáveis se encaixam em um elenco de personagens e agendas confiáveis que podem e devem ser noticiados, recaindo sobre o que Cook (2005, p. 57) rotula como “novidade sem mudança”. Segundo essa perspectiva, o número repetitivo de notícias oferece acesso apenas às mesmas histórias, favorecendo atores hegemônicos que conseguem se antecipar às preferências midiáticas. Significa que o padrão de cobertura governamental tende a se orientar sobre um mesmo círculo, priorizando as mesmas pessoas e pontos de vista. O oficialismo é a principal marca de uma cobertura jornalística que tende a institucionalizar os acontecimentos externos à esfera governamental.

Cook (2005) afirma que a mídia tem como foco a ação oficial a partir de uma atuação conjunta com as instituições governamentais, de forma que cada lado dependa do outro para realizar suas tarefas. A produção noticiosa, ao valer-se de uma colaboração entre repórteres e funcionários públicos, estabelece um ritmo de interação singular, baseado em um jogo de confiança e desconfiança. É uma relação institucional que, muitas vezes, se dá em uma negociação entre aqueles que querem ter conhecimento de algo a mais (repórteres) e aqueles que querem transmitir algo a menos (assessores de imprensa), reproduzindo uma versão acordada entre ambos.

O que é notícia: os valores-notícia

A matéria-prima do jornalismo é imensurável, criando desafios para a produção noticiosa em meio as limitações de tempo e espaço dos jornais, seja online ou impresso, como ocorre na análise desse artigo. Godler e Rech (2017) destacam que

os acontecimentos noticiáveis nem sempre são tangíveis, testemunhados e visualizados a olho nu. São construídos nos bastidores, em previsões sobre o futuro, em análises e interesses que não brotam de um acontecimento concreto, como muitas vezes observados nas coberturas sobre governos.

Segundo Tuchman (1978, p. 192), as histórias não são contadas no contexto da sua produção, apresentam relatos e construções sociais a partir da apuração e diálogo com diversas fontes, recaindo também sobre critérios compartilhados sobre aqueles eventos que caberiam no noticiário. Ponte (2005, p. 188) aponta que a notícia, entre outras definições, seria “[...] aquilo que os jornalistas definem como tal, ainda que raramente o assumam”. Ela seria constituída com base em exigências práticas e organizativas que orientam a profissão.

A notícia é o resultado de um processo organizado que exige um ponto de vista prático dos acontecimentos (Wolf, 1995), provendo avaliações sobre as relações do mundo, de uma forma clara e direta. Segundo Jorge (2006), os conceitos de notícia presentes nos livros de comunicação são frios e costumemente se enquadram em três perspectivas: interesse, atualidade e verdade. Em comum, esses conceitos compartilham a necessidade de externar os relatos mediante a competência em informar as pessoas sobre as ocorrências do mundo (Molotch e Lester, 1999), tendo como pano de fundo o trabalho dos profissionais dos meios de comunicação.

A noticiabilidade, segundo Traquina (2005), refere-se ao conjunto de critérios que vão determinar os acontecimentos que merecem tratamento jornalístico, isto é, que têm força para ser notícia. O seu merecimento, entre outros elementos é validado pela presença de valores-notícia que compõem o evento, conferindo a esses atributos centralidade no processo da noticiabilidade. O trabalho de Goding e Elliott, conforme descrito por Wolf (2005), caracteriza os valores-notícia como um fator de interação jornalística que fornece referências claras sobre o caráter das notícias, sendo um aliado dos jornalistas na árdua tarefa de selecionar e produzir o noticiário.

Partilhado pela tribo jornalística (Traquina, 2005), os valores-notícia são retomados, inconscientemente, durante todo o processo e relações que envolvem a produção noticiosa. Em seu cotidiano, o jornalista acessa constantemente os mapas, ideologias e culturas profissionais, operando em um sentido de organização da prática. Para Wolf (1995), esses atributos são resultantes da competição que existe no processo produtivo. A natureza da notícia, para o autor, depende de complexos fatores que influenciam a escolha, apuração, elaboração e publicação, caracterizando os valores-notícia como um operador importante em cada etapa da produção do noticiário, ainda que em diferentes escalas.

Os valores-notícia concedem margem de atuação às técnicas jornalísticas disponíveis, estabelecendo o raio de ação a partir do vínculo entre o produto e a expectativa da audiência (Guerra, 2014), sistematizada por uma organização jornalística. Sob o viés mercadológico, a literatura compreende como essenciais ao sucesso das empresas jornalísticas, responsáveis pela agilização do *modus operandi* consagrado no cotidiano da organização e de sua redação. A infinidade de acontecimentos e, conseqüentemente, as limitações decorrentes acabam por obrigar à escolha de determinado evento em relação a outro, estratificando as informações com maior relevância.

Portanto, como componentes da noticiabilidade, os valores-notícia se conectam com fatores internos e externos à redação, estruturando-se por convenções institucionalizadas. Ainda que tenham sido originados do questionamento sobre os eventos relevantes a serem transformados em notícia, os atributos se apresentam, em diferentes situações, no jornalismo diário, como mais importantes até do que o acontecimento (Harcup e O’neill, 2016). As conseqüências de uma complexa relação, que percorre desde individualidades do profissional até os constrangi-

mentos da redação, não permitem compreender os valores como único fator que compõe a noticiabilidade.

Naturalizados no cotidiano dos jornalistas, os valores-notícia não se materializam em um plano físico e visível, retomado racionalmente pelos profissionais na mesa de decisão. Os valores-notícia, nesse sentido, são compreendidos em um contexto amplo e complexo. Em uma interpretação mais abrangente do que a tradicional que retrata estes atributos como um procedimento de demarcação dos acontecimentos noticiáveis, os valores-notícia em sua condição de promotores ou limitadores de pautas jornalísticas podem ser classificados como legitimadores de consensos (Verri, 2018), estabelecendo parâmetros e justificativas para a reprodução de agendas hegemônicas, em comparação com acontecimentos relacionados a outros grupos minoritários. A profissão vislumbra, neste conjunto de critérios, a legitimação de uma atividade (o jornalismo), sem que tenha que romper os consensos da realidade vigente.

Valor-notícia: Polêmica

Enquanto objeto de estudo, as características de um acontecimento noticiável passaram por uma primeira tentativa de classificação no final do século XVII. Tobias Peucer (2004) defendia a necessidade de selecionar eventos que viriam a ser uma notícia. A tese do alemão pode ter sido o embrião da Teoria do Jornalismo que, na década 1960, iria retomar o debate sobre quais os atributos necessários para que uma ocorrência entre na lista de objetos que vão ser noticiados.

Em 1965, Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge (1999) publicaram artigo realocando o debate sobre os critérios de noticiabilidade. Eles foram pioneiros ao tentar entender a estrutura do noticiário, analisando a cobertura de quatro jornais noruegueses sobre as crises em Cuba, Chipre e Congo. No estudo, concluíram que o noticiário se estruturava em uma cadeia iniciada “a partir dos acontecimentos caóticos do mundo e encerrada na imagem pessoal produzida pelo receptor” (Silva, 2013, p. 174), tendo em comum doze características².

Daí em diante, uma série de categorias foram propostas a partir de pesquisas de campo e experiência nas redações (Silva, 2004). Por um lado, há a visão de que os jornalistas deveriam conhecer o que era importante ou comum (Silva, 2004). Por outro, compreende-se os valores-notícias como operadores de análise. Estes atributos são fundamentais para compreender a relevância de determinado acontecimento noticiado, indicando as preferências dos veículos de comunicações tradicionais no processo de cobertura jornalística. Tal condição coloca alguns destas características como possíveis determinantes sobre o noticiário sobre determinado tema, como uma cobertura governamental.

A polêmica, como um valor-notícia, está presente numa tabela operacional apresentada pela Gislaine Silva (2004). Tal classificação decorre de uma extensão de pesquisas que apontam características que poderiam ser atribuídas ao critério *Polêmica*, utilizado neste estudo. Shoemaker, Vos e Reese (2008) adiciona *Conflito/Polêmica* e *Controvérsia* como características importantes à um evento se tornar notícia. Erbolato (1991), por exemplo, elenca *Conflito*. Na proposta de Silva (2004), polêmica funciona como um operador que faz parte da cultura profissional e que poderia ser caracterizada por aqueles eventos ou que envolver grandes controvérsias, como pontos de vistas muito diferentes entre discursos, posturas e narrativas, e escândalos, comuns às coberturas adversárias.

Polêmica, enquanto um valor-notícia, é qualificada por eventos que envolvem a tensão, a contradição e a ambiguidade (Moreira, 2006). É importante salientar que polêmica não é sinônimo de negatividade, dado que a polêmica nem sempre envolve acontecimento negativo, como numa tragédia ou operação contra a corrupção. O acontecimento polêmico, não obrigatoriamente, está atre-

² 1) frequência, 2) amplitude, 3) clareza ou falta de ambiguidade, 4) relevância, 5) conformidade, 6) imprevisão, 7) continuidade, 8) referência a pessoas de elite 9) referências as nações de elite, 10) composição, 11) personificação e 12) negativismo.

lado a determinando enquadramento, definindo apenas a força que existe num acontecimento baseado em situações que possuem o controverso, o duvidoso, o polêmico no centro de sua ocorrência. O atributo é demarcado pela polêmica, anormalidade que gera a contestação por parte de outros indivíduos ou grupos, como ocorre numa greve. Pode também ser descrito por fatos que, no núcleo do acontecimento, abarquem conflito simbólico.

Procedimento de Análise

Para atingir o objetivo proposto, a pesquisa toma como base um corpus com dois mil e dezesseis textos jornalísticos que fazem alusão ao governo do Rio Grande do Sul. Os dados foram coletados entre outubro de 2016 a março de 2017, exatamente no meio do mandato do então governador, José Ivo Sartori (MDB), em dois veículos tradicionais de comunicação do estado gaúcho: Correio do Povo e Zero Hora. Por textos jornalísticos compreendem-se todos os textos informativos e opinativos em seus mais diferentes formatos, incluindo uma diversidade de materiais de jornais que permitem observar e comparar o objeto de estudo³.

A partir dessa base de dados, implanta-se uma análise que recorre a Análise de Conteúdo (Seixas e Alves, 2017) para coleta, ordenamento e investigação do valor-notícia Polêmica a partir da sua interação com outros elementos que envolvem a produção noticiosa. Para esta análise, cruza-se o atributo com variáveis, como gênero, formato, fontes de notícia, entre outros. Como um instrumento adequado às pesquisas empíricas, os valores-notícia se instituem também como referências à “[...] operacionalidade de análises de notícias, permitindo identificar similaridades e diferenciações na seleção ou hierarquização de acontecimentos [...] e possibilitando percepções históricas e culturais sobre o processo produtivo das notícias” (Silva, 2004, p. 100). Como operadores de análise, funcionam em conjunto com as marcas de apuração, enquadramentos e particularidades que envolvem o noticiário sobre o governo em um âmbito regional.

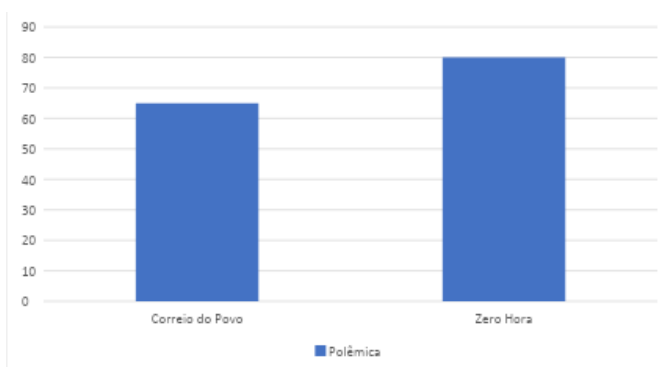
Num segundo momento, emprega-se análise comparativa entre os resultados encontrados nos jornais estudados. Esse método, em uma das definições possíveis, conforme Gonzalez (2008, p. 6), implica apontar padrões de similitude e disparidade, o que pode ser feito pelo uso da classificação. O método de “concordância favorece os elementos comuns a fenômenos estudados em suas diferentes manifestações, o que nos permite identificar e definir seus traços característicos” (Anciaux; Herrmann; Guazina, 2017, p. 23), enquadrando-se como central. O foco foi encontrar os traços partilhados entre os objetos, articulando as compressões sobre o fenômeno dentro dos contextos inseridos. Concentra-se sobre as semelhanças, os elementos concordantes, as irmandades e até os pactos entre os dois veículos.

A Polêmica em análise

Os valores-notícias, enquanto um parâmetro compartilhado num mapa cultural (Hall *et al*, 1999), impõe que o acontecimento de determinada cobertura reproduzirá determinados atributos particularidades ao noticiário daquela temática. Tal condição faz com que características específicas se tornem presentes com frequência, permitindo observar o corpus por meio de dois pontos de vistas: a frequência que o atributo é identificado no objeto de estudo, buscando demonstrar eventual relevância a cobertura e; como a Polêmica interage com outros recursos da produção noticiosa, como fontes, formatos, entre outros. O gráfico I mensura o número de textos jornalísticos que apresentam o objeto de estudo, possibilitando confirmar como o polêmico se estrutura como relevante ao noticiário de uma cobertura governamental específica.

³ Destaca-se que, em especial o trabalho da Polícia Militar, só é contabilizado quando envolve o Estado Maior e seus representantes ou quando a ação é de iniciativa do Estado.

Gráfico I: Distribuição do valor-notícia Polêmica (%)



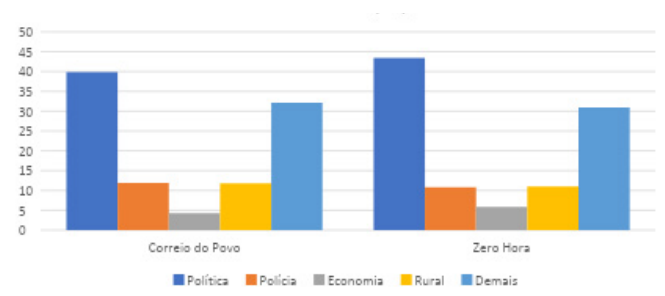
Fonte: Verri (2023)

A frequência do atributo permite considerá-la um elemento estruturante da cobertura durante o período analisado. Tal constatação decorre da sua presença em 1498 textos do total de 2016 unidades textuais, correspondendo a aproximadamente 72% do noticiário. A predominância, num primeiro olhar, sugere que as marcas da rotina produtiva ocorrem em meio a uma prioridade por aqueles possíveis eventos que geram o polêmico, o controverso, evocando a expressão *Good News e Bad News* (Ruge e Galtung, 1999), que determina uma preferência pelos acontecimentos negativos.

Foram identificados em 739 textos jornalísticos do *Correio do Povo*. No *Zero Hora*, o número é maior: 759. Destaca-se que, embora com apenas 20 casos a mais, o atributo é ainda mais determinante ao segundo jornal. Foi encontrado em mais de 80% do corpus. Em comparação, o primeiro registrou em 65% do total. A discrepância entre os veículos aponta uma postura diversa entre os veículos analisados. Ao tempo em que o jornal da RBS concentra quatro a cinco textos no que indica polêmica, quanto a relação é com o governo do Estado, o *Correio do Povo* mostra-se mais receptivo a incluir o Poder Executivo, em outros assuntos que não recorre a característica analisada. Qualidade das coberturas nacionais (Thompson, 2002), os escândalos políticos não é uma realidade do noticiário estudado. Foi identificado em apenas uma notícia. Os outros textos atravessam temas ardilosos e controversos.

É o caso destes dois textos no *Correio do Povo* e *Zero Hora*. *Caos no acesso ao sul do Litoral Norte*⁴ é um artigo de opinião que cobra solução do Poder Executivo para o trânsito em determinados pontos de entrada e saída de praias gaúchas. Já em *Sartori estuda cobrar sobre taxa na Previdência de servidores*⁵, publica-se o controverso projeto de governo que afeta a aposentadoria do funcionalismo público, motivando a manifestação de diferentes setores da sociedade. Tais unidades textuais representam um corpus que é estruturado dentro de rotinas produtivas que deixam marcas às coberturas jornalísticas. O Gráfico II é resultado do cruzamento do valor-notícia estudado e as editorias que compõem os jornais analisados.

Gráfico II: Distribuição do valor-notícia Polêmica por editorias (%)



Fonte: Verri (2023)

⁴ Veiculado no dia 25 de outubro de 2016 no *Correio do Povo*.

⁵ Publicada no *Zero Hora* no dia 18 de novembro de 2016.

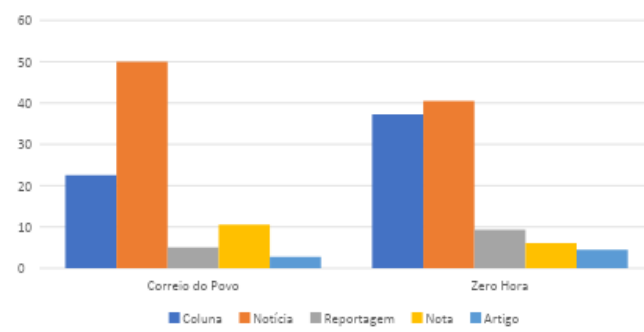
Considerada o local em onde a cobertura governamental ocorre prioritariamente (Verri, 2021), a editoria de Política veicula a maior parte das notícias polêmicas: ambos os jornais veicularam em aproximadamente 40% dos textos jornalísticos. A repartição é reconhecida por ser o espaço das especulações políticas, informações de bastidores e da articulação e interação do Executivo com outras esferas de Poder. Tal como *Décimo atraso*⁶, noticiado em coluna especializada em política, a polêmica atravessa a cobertura do Piratini, palácio do governo gaúcho, expondo, neste caso, as consequências da crise econômica que o Estado convivia no momento analisado.

Contra as hipóteses de que a seção sobre o campo seria um espaço de pequena interação entre polêmica e Poder Executivo, a editoria Rural veiculou cerca de 11% dos textos com o valor-notícia, posicionando-se entre as três principais editorias, ao lado da que cobre segurança pública. *Leilão sem interessados*⁷, retrata a não procura de interessados em adquirir um barracão que seria vendido pelo Estado. A polêmica não se configura em ataque ou cobrança ao governo, mas em noticiar o incomum, o inesperado, procurando encontrar os possíveis contratempos que poderiam levar ao resultado do leilão.

A seção de segurança pública encontra-se em aproximadamente 10% do total de textos nos dois jornais gaúchos. Como em *Delegacia ainda mantém presos*⁸, o governo é convocado a responder sobre o problema do sistema prisional, responsabilidade do Estado, conforme previsto na Constituição Federal, participando como possível solucionador da Polêmica. É importante destacar que a violência, retratada nas páginas policiais, comumente apresentam o valor notícia estudado. O atributo ainda pode ser identificado em mais de um terço de outras editorias, destacando a de Economia, que representou quase 5% do total. A seção sobre finanças foi impactada pela crise econômica do Estado.

Tais marcas de produção do noticiário incorporam-se também aos gêneros e formatos (Marques de melo e Assis, 2016), permitindo compreender quais as classificações e espaços que permeiam a polêmica sobre o que será noticiado. Formado pela opinião dos veículos ou de pessoas autorizados pelo jornal para tratar de determinado assunto, o gênero Opinativo é atravessado pelo atributo: 90% dos textos no *Zero Hora* e 80% no *Correio do Povo*. O Informativo equivale à 80% e 65%, respectivamente. Destaque para o *Zero Hora*, com quatro a cada cinco textos. Consequentemente, os formatos são atravessados pela Polêmica, que podem ser observadas no Gráfico III.

Gráfico III: Distribuição do valor-notícia Polêmica por formato (%)



Fonte: Verri (2023)

⁶ Texto do Correio do Povo do dia 30 de novembro de 2016.

⁷ Matéria do Correio do Povo de 17 de novembro de 2016.

⁸ Veiculado no dia 11 de novembro de 2016 no Correio do Povo.

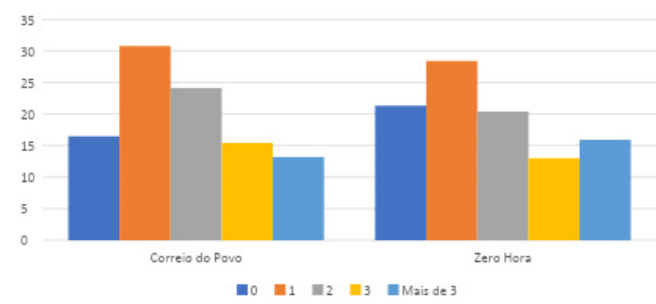
⁹ Publicado no Correio do Povo em 16 de dezembro de 2016.

Como em *Coletivos de artistas em protesto pacífico*⁹, formato com maior incidência, a notícia, caracterizada como o relato de uma série de fatos (Lage, 2007), sem aprofundar-se ao fato, prioriza a disputa de versões. Neste aspecto, a polêmica funciona como uma característica indispensável e que permeia a estrutura deste tipo de texto, focado na controvérsia entre ideias e posições sobre o acontecimen-

to. A Coluna, nesta análise, caracteriza-se por ser o espaço de informações sobre bastidores, possíveis crises e confrontos de ideias e narrativas entre políticos. Em ambos os jornais, os textos em coluna são, em sua maioria, expostos no caderno de Política e assinado por setoristas que cobrem as esferas de Poder, como ocorre em *Privatizações para quitar passivos*¹⁰. O texto curto informa sobre as possíveis intenções do governo do Estado sobre os bens públicos. Reportagem, Nota e Artigo configuraram-se como minoritário.

Tais preferências incorrem sobre a relação entre número de fontes e a presença do valor-notícia Polêmica, como pode ser observado no Gráfico IV. A fonte é compreendida (Verri, 2021) como atores importantes a constituição do fato noticiado sobre o governo do estado, impondo seus pontos vistas e opiniões sobre o tema abordado.

Gráfico IV: Distribuição do valor-notícia Polêmica por número de Fontes de Informação (%)



Fonte: Verri (2023)

Para além de uma escolha do profissional da comunicação, o número de fontes demarca elementos de uma cobertura específica, recaindo sobre padrões de se fazer jornalismo e estruturas que envolvem o noticiar de um tema polêmico. Como ocorre em *Banrisul, Não*¹¹, nome dado ao texto veiculado na coluna sobre política do *Zero Hora*, o número de textos sem nenhuma fonte é recorrente e alcança mais de 15%. O jornal *Zero Hora*, com um maior número de textos opinativos, ultrapassou a marca de 20%. Tal condição indica que a polêmica nem sempre é debatida ou aprofundada, sendo apenas informada, como acontece nos textos curtos de colunas especializadas.

Ocorrência em aproximadamente 30%, o número de textos com apenas uma fonte sugere que a polêmica numa cobertura governamental é retratada sobre apenas um ponto de vista, sem ir a fundo sobre o acontecimento noticiado. É o caso de *Agentes penitenciários suspendem a greve no RS*¹², cuja apenas informa sobre a suspensão da greve, sem apresentar reflexões sobre os impactos ou o que levou a paralisação. Equivalendo-se de mais de 20% dos textos com a Polêmica, o emprego de duas fontes é relevante ao noticiário, em especial ao *Zero Hora*, dado que esta categoria é a segunda que mais se repete.

Por outro lado, há ainda cerca de 30% de textos que foram produzidos com mais de três fontes, normalmente atribuído, a formatos mais longos, como reportagens, que são delineadas pela sua capacidade de maior pluralidade de vozes e pontos de vistas. No *Correio do Povo*, a reportagem *Desafios nas praias gaúchas*¹³ apresenta quinze fontes para informar e questionar os problemas no litoral do estado. A polêmica que envolveu tais fontes é representante dos 30% dos textos que fizeram uso de fontes primárias e secundárias, reconhecidas por ser aquelas que fornecem informações diretas que explicam os fatos em conjunto com aquelas que contribuem para a contextualização e interpretação do ocorrido (Schmitz, 2014). Por outro lado, aproximadamente metade dos textos, foram construídos apenas com fontes

¹⁰ Veiculado em 24 de fevereiro de 2017 no *Correio do Povo*.

¹¹ Texto publicado no dia 21 de fevereiro de 2017.

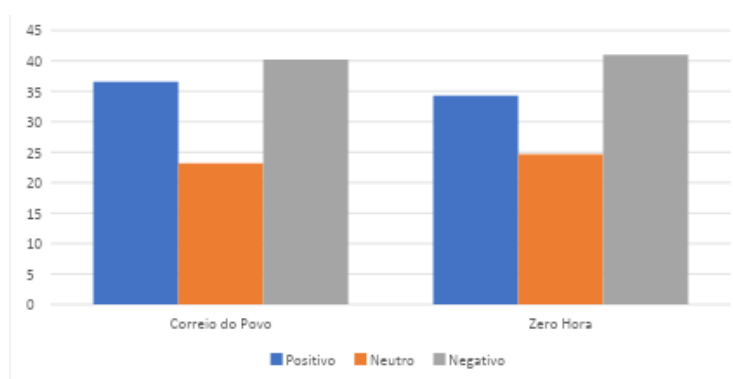
¹² Publicado no dia 23 de dezembro de 2016.

¹³ Texto veiculado em 23 de outubro de 2016.

primárias, essenciais para entender o acontecimento, mas que não privilegia a possibilidade de revelar os cenários e contextos que ocorrerão o noticiado. Em pouco mais de 15% não houve nenhuma fonte, demarcados, prioritariamente, por ser ou do gênero opinativo ou colunas que não indicam as fontes que tais informações foram retiradas. Em apenas 2%, percebeu-se apenas a consulta de fontes secundárias.

Baseada na dicotomia *Good News e Bad News* (Ruge e Galtung, 1999), compreende-se que, implicitamente no noticiário, existe uma interpretação valorativa sobre o governo do Estado, possibilitando compreender a avaliação dos veículos de comunicação a partir do conjunto de textos que exigem a participação, direta e indiretamente, da instituição. O gráfico V expressa a distribuição dos textos com o valor-notícia Polêmica em interação com a valoração encontrada na análise dos impressos estudados.

Gráfico V: Distribuição do valor-notícia Polêmica por Negatividade (%)



Fonte: Verri (2023)

Com base na compreensão de que a Polêmica permeia a cobertura governamental analisada, busca-se refletir sobre o papel da Instituição por trás dos eventos polêmicos, que exigem disputa de versões. Destaca-se que a Polêmica nem sempre está canalizada na figura do governo do Estado. A participação pode se dar de diferentes maneiras: pode se configurar como núcleo do ocorrido, ser convocado a responder sobre determinada demanda ou ainda ser envolvida de forma indireta ou complementar.

Por exemplo, *Aprovada renegociação que alivia finanças*¹⁴ é estruturada em volta da Polêmica sobre a crise econômica. Neste texto, o governo é enquadrado de forma positiva, como ator que trabalhou para renegociar as dívidas e solucionar o problema. Nos dois jornais, a dicotomia Polêmica e enquadramento positivo não é dominante. Ela representa cerca de 35% e sugere que a cobertura governamental, embora privilegie notícias negativas e focada no polêmico, não encontra no Governo apenas críticas e valorações negativas.

Em cerca de 25% dos textos do *Correio do Povo* e *Zero Hora*, o governo não recebe uma valoração, majoritariamente, nem negativa e nem positiva. É constituído como um ator que participa do acontecimento, contudo sem ser avaliado de forma direta pelos veículos que noticiam tal fato. Em 7 de setembro 2016, a polêmica foi constituída por meio das consequências da enchente que atingiu o interior do Rio Grande do Sul, quando noticiado pelo *Correio do Povo*, com o título *Rolante decreta situação de emergência*. O governo do Estado é convocado a participar da matéria ao anunciar medidas cabíveis para a região, contudo sem ganhar destaque nem qualquer avaliação que possa enaltecer ou condenar sua conduta neste caso.

Já em aproximadamente 40%, o governo é representado por um olhar negativo. Predominante, sugere-se uma cobertura mais crítica ao governador e sua equipe, moldado, em especial, pelo noticiário sobre controversas que envolvem as

¹⁴ Veiculada no *Correio do Povo* em 21 de dezembro de 2016.

crises econômicas, do funcionalismo público e segurança pública, demandas de responsabilidades do Poder Executivo estadual, como observado em *Estado deve R\$ 371 milhões para a saúde*¹⁵. A notícia que menciona uma dívida do Estado é constituída sobre a participação passiva do governo estadual.

A Polêmica faz parte de uma série de textos que tendem a inserir o Poder Executivo analisado como um ator incumbido de responder a algo. No *Correio do Povo*, a participação ativa responde a 45,6% e a passiva 54,4%. O percentual no *Zero Hora* é de 42,9% e 57,1%, respectivamente. A predominância da passividade coloca o governo numa posição defensiva nas pautas polêmicas, portando-se como aquele que responde as demandas. É importante destacar que nem sempre estar nessa posição representa um quadro negativo, compreendendo que a função social de resolver problemas e implantar políticas públicas e orçamento faz com que seja recorrente sua participação nestes fatos noticiados.

Por outro lado, percebe-se uma participação ativa em mais de 40% dos textos com Polêmica em ambos os jornais, configurando uma tentativa de impor agendas, ainda quando o tema é polêmico ou que tenda a construir enquadramentos negativos ao governo. Em *Pressão de Meirelles irritou governo*¹⁶, o Poder Executivo se antecipou e, de forma ativa, se pronunciou sobre as negociações em volta da dívida do Rio Grande do Sul e União, assunto que incitou a polêmica no núcleo da notícia e que teve o governo como um ativo, que promoveu a controvérsia.

Conclusão

Partindo da compreensão da cobertura governamental (Verri, 2021) como uma prática particular de se fazer jornalismo em veículos tradicionais, a pesquisa compreende os valores-notícia como um operador compartilhado num mapa cultural (Hall *et al*, 1999) que serve de parâmetro para a definição do que pode ser um evento noticiável, em meio aos critérios de noticiabilidade que orientam a rotina jornalística (Tuchman, 1978). De tal maneira que é possível enxergar um padrão de cobertura a partir de um olhar sobre como o valor-notícia Polêmica se comporta em interação com outras características que envolve a produção noticiosa.

Em quase 1500 textos jornalísticos, aproximadamente 72% do total, o valor-notícia Polêmica se configura como um elemento relevante a cobertura do governo do Estado durante o período analisado: metade do mandato de José Ivo Sartori. É sugerido que o atributo é prioridade no processo de produção noticiosa, evocando a expressão *Good News e Bad News* (Ruge e Galtung, 1999), que afirma que há uma preferência por acontecimentos negativos, que atrairia maior interesse dos leitores. Ainda em que a Polêmica nem sempre esteja atrelada a um evento que promove questões ruins, o polêmico se estabelece sobre o conflito, controversa, disputa de versões sobre determinado assunto. Neste aspecto, aponta-se uma diferença entre os veículos. Embora a diferença numérica seja de apenas 20 textos, percebe-se que a Polêmica domina a cobertura do **Zero Hora**, presente em cerca de 80% dos textos.

A cobertura analisada não responde as expectativas das coberturas adversárias (Guazina, 2011), comuns a coberturas nacionais. Há apenas um caso de escândalo, enquanto a controversa, reconhecida pelas disputas de versões dentro de temas e ocorrências que geram polêmicas, é característica marcante do noticiário. Às editorias, o padrão encontrado demonstrou preferência pela editoria de Política, espaço onde se encontra as colunas de setoristas que cobrem o Palácio Piratini, seguido pelas seções que tratam da segurança pública e o campo. A última escapa do esperado, dado que não é espaço temático normalmente associado a Polêmica. Neste local, o governo é promotor de políticas públicas ao passo

¹⁵ Noticiado no *Correio do Povo* em 27 de outubro de 2016.

¹⁶ Veiculado no *Correio do Povo* em 02 de março de 2023.

em que é cobrado para solucionar demandas do setor. Em seguida, as páginas de econômica ganham força com a crise econômica que afetava o Estado à época. No que se refere a gêneros e formatos, percebeu-se particularidades na presença do valor-notícia Polêmica. O atributo é identificado em mais de 90% dos textos opinativos e mais do que 60% dos informativos. A predominância na opinião pode decorrer do fato de ser o espaço da voz do jornal ou da opinião de indivíduos legitimados pelos veículos de comunicação. Quanto ao formato, percebe-se uma maior incidência da Coluna, marcada por ser um espaço de informações curtas sobre a política do Estado. Notícia, caracterizada por um relato sobre acontecimentos ocupa a segunda posição, enquanto Nota e Reportagem disputam o terceiro lugar no que se refere ao número de ocorrência.

Tais resultados é reiterado no número de fontes. Cerca de metade dos textos com a presença do valor-notícia foram produzidos sem nenhuma fonte ou com apenas uma. Já, a presença de duas fontes, é encontrada em cerca de 20% e não reproduz, necessariamente, pontos de vistas diferentes sobre o mesmo acontecimento. A escassez de documentos e indivíduos sobre os assuntos aponta para uma limitação do material produzido que envolve o atributo, apresentando poucos ângulos sobre os mesmos assuntos e rasos argumentos para explicar o fato. Tal perspectiva é reiterada pela classificação das fontes: em 70% a fonte é apenas primária, somente secundária ou não existe a presença de nenhuma.

Percebe-se que o controle de agenda é disputado nos acontecimentos noticiáveis polêmicos. A valoração é majoritariamente negativa, alcançando cerca de 40% do total, indicando que o governo tende a ser classificado de forma negativa, como responsável pela controversa. Por outro lado, o enquadramento positivo atinge 35% dos casos, cuja o Poder Executivo surge como solucionador do problema. No restante, não há valoração evidente. Por outro ângulo, observou-se ainda que a participação é majoritariamente passiva. Ou seja, é demandado a responder sobre as demandas impostas à instituição pelo fato. Em 40%, é ativa, comanda as ações sobre o texto em análise.

Considera-se, assim, que o padrão de cobertura do governo estadual nestes jornais recai sobre a importância dos fatos polêmicos, de tal maneira que pode ser percebido na construção e processos da notícia sobre a temática. Sugere-se que o atributo não seja apenas um definidor de um evento noticiável, como ainda é característica que interfere na produção da notícia e que condicionam a apuração, espaços de veiculação e possíveis aprofundamento dos eventos que envolve o Poder Executivo analisado.

Referências

ALBUQUERQUE, Afonso. Um outro quarto poder: jornalismo e responsabilidade política no Brasil. **Contracampo (UFF)**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 23-57, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**: Para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ANCI AUX, A.; HERRMAN, J.D.; GUAZINA, Liziane. Comparative Research: Journalism, Media and Politics. **Sur le Journalisme, About Journalisme, Sobre Jornalismo**, v. 6, p. 12-19, 2017.

COOK, Timothy. **Governing With the News**: the News Media as a Political Institution. Chicago: The University Of Chicago Press, 2005. 363.

ERBOLATO, Mário. **Técnica da codificação em jornalismo**. São Paulo: Ática, 1991.

GALTUNG, Johan, RUGE, Mari Holmboe. A estrutura do noticiário estrangeiro – A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e histórias**. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999.

GODLER, Yigal; REICH, Zvi. Journalistic evidence: Cross-verification as a constituent of mediated knowledge. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, Londres, v. 18, n. 5, p.558-574, 23 dez. 2015. SAGE Publications. 2021.

GUAZINA, Liziane Soares. **Jornalismo em busca de credibilidade**: A cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão. 2011. 256 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação Social, Unb, Brasília, 2011.

GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. O Método Comparativo e a Ciência Política. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 1-13, jan. 2008.

GUERRA, Josenildo Luiz. Uma discussão sobre o conceito de valor-notícia. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (org.). **Crítérios de Noticiabilidade**: Problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014.

HALL, S., *et al.* A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1999.

HARCUP, Tony; O'NEILL, Deirdre. What's news?: News Values revisited (again). **Journalism Studies**, Cardiff, p.1-19, mar. 2016.

JORGE, Thaís de Mendonça. Valores-notícia nas capas dos periódicos: Ideologia e Poder. In: **SBPJOR**, 1., 2016, Palhoça.

KHUN, Raymond; NIELSEN, Rasmus Kleis. **Political Journalism in Transition**: Western Europe in a comparative perspective. Oxford: I.b.tauris & Co, 2014.

LAGE, N. L. **Estrutura da notícia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2007. v. 1. 64 p.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom – RBCC**. São Paulo, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016 pp. 39-56.

MOLOTCH, H; LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa, Portugal: Vega, 1999.

MOREIRA, Fabiane. **Os valores-notícia no jornalismo impresso análise das ‘características substantivas’ das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2006.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. **Estudos em jornalismo e mídia**. v. I, n. 2. Florianópolis: UFSC/ Insular, 2004.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico** Florianópolis: Insular/PosJor - UFSC, 2005. 248 p.

SCHMITZ, Aldo Antonio. Classificação das fontes de notícias. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (BOCC)**, Covilhã/Portugal, 2014.

SEIXAS, Lia; ALVES, Jussara Borges. Do que se trata noticiabilidade. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 38, p. 157-172, jan./abr. 2017.

SHOEMAKER, Pamela J.; VOS, Tim P; REESE, Stephen D. Journalists as gatekeepers. *In*: WAHL-JORGENSEN, Karin; HANITZSCH, Thomas. **The Handbook of journalism studies**. Nova Iorque: Routledge, 2008. p. 88-101.

SILVA, Gislene. Para pensar o critério de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p.95-107, 2004ç;

SILVA, Marcos Paulo da. Como os acontecimentos se tornam notícia: uma revisão do conceito de noticiabilidade a partir das contribuições discursivas. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [s.l.], v. 7, n. 1, p.173-184, 9 jun. 2010.

THOMPSON, J. B. A nova visibilidade. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005. v. 2.

TUCHMAN, Gaye. **Making News: A Study in the Construction of Reality**. New York: The Free Press, 1978.

VERRI, Francisco. Entre as fronteiras do aceitável: o valor-notícia como legitimador do jornalismo como gestor de consenso. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, 2018.

VERRI, Francisco. **Na trilha regional: cobertura governamental em veículos tradicionais de comunicação**. 2021. 396 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes: 2003.